

A ORIENT/AÇÃO HUMANA EM OS LUSÍADAS: ALGUNS ASPECTOS *

HÉLIO ALVES **

RESUMO

A partir da leitura de textos críticos considerados básicos para uma aproximação a Os Lusíadas, seguida de uma re-leitura do próprio poema, descobre-se o sentido de viagem em direcção ao conhecimento do Amor, através de alguns 'ritos de passagem' concretos que nos dão a orientação (que é também Orient/Acção - a Acção humana dirigida para o Oriente) necessária dentro do poema.

Assim se revelam várias 'viagens' portuguesas cujo ponto comum se pode definir como erótico no seu desejo de frutificação e como humano na sua vontade de aproximação a Deus.

Gostaria de começar por agradecer à Património XXI a organização destes Serões e a oportunidade que me dá de expor, nesta Beira Alta dos meus avós, um pouco do meu trabalho sobre a poesia daquele homem mais desgraçado em vida do que muitos e mais oamente celebrado após a morte do que todos.

Realmente, nada parece mais óbvio do que uma referência a Luís de Camões numa sessão dedicada à rela-

ção entre a Poesia e o movimento expansionista português dos séculos XV e XVI. Porém, o facto de se esperar a tradicional evocação do autor de **Os Lusíadas** tem, quase sempre, vindo a associar-se ao espírito celebratório destas epopeias, a marítima e a literária, reunidas num programa de exaltação da História Pátria e não, como seria mais desejável, no sentido da tomada de consciência de que este poema magno é, acima de tudo, um desafio à consciência portuguesa de todos os futuros. Apesar do nível de exigência elevado que um texto como este representa em termos educativos, suficientemente elevado para, pelo menos e como se sabe, o rei a quem ele foi dedicado só o ter entendido muito reduzidamente, a verdade é que este poema nos dá uma grande oportunidade para repensarmos a direcção pela qual, como Nação, vamos optar.

O primeiro pressuposto a colocar - aqui já dependente em especial dos trabalhos de Helder Macedo, António José Saraiva e Jorge de Sena - será o de que **Os Lusíadas** são uma obra aberta; isto é, o poema não faz dos Descobrimentos um fim em si mas, o que é bem mais importante, usa-os como um veículo servindo para apontar a realização futura e possível dum determinado fim. As navegações são, assim, o principal pretexto,

* Comunicação apresentada na 1ª edição dos Serões da Beira, encontro subordinado ao tema "A Poesia e os Descobrimentos" organizado pela Património XXI e pela Câmara Municipal de Moimenta da Beira em Novembro de 1990.

** Docente da Universidade de Évora

muito sólido por ir de encontro à História, para o poeta nos lançar numa via que nos levará a terras ainda mais longínquas. Descobrimientos e Poesia dão-se as mãos e indicam o caminho e a direcção a tentar.

Ao estudar a estrutura de *Os Lusíadas*, Jorge de Sena tinha, obviamente, de atacar o problema do espaço e do tempo que mais não são do que várias "viagens" integradas e, simultaneamente, separadas da viagem central, a acção de navegar em direcção à Índia. Segundo este autor, existe uma "dialéctica da narração histórica e da narração mitológica" que "culmina na síntese complexa do Canto X". Entende-se, então, que há uma movimentação convergente no poema dos elementos representados espacial e temporalmente. É essa movimentação que pretendo (re)ver aqui, buscando alguns aspectos da sua coerência interna.

Antes de Vasco da Gama, a pedido do rei de Melinde, dar início à narrativa da História de Portugal (o Tempo), começa por fazer uma descrição geográfica do mundo de Oriente para Ocidente, ou seja, no sentido inverso ao da viagem marítima por ele comandada (o Espaço). Como se afirma em III,5: 'Primeiro tratarei da larga terra/Depois direi da sanguinosa guerra', a geografia antes da História, Há, pois, um claro sentido de composição e de ordem na movimentação espaço-temporal da epopeia. Mas não se trata aqui de encontrar uma linearidade que prejudicasse uma hermenêutica de interpenetração dos planos que compõem a obra e se, por um lado, Camões joga com a analepse, ou *flash-back*, é principalmente através da movimentação contrária, do presente para o futuro, a prolepse, que o poeta constrói uma das estruturas literárias mais complexas e originais que se conhecia na época, francamente distanciada dos modelos homérico e virgiliano (vid. Ana Helena Cizotto Belline, *Aspectos do Tempo em 'Os Lusíadas'*, in 'Revista Camoniana da FFLCH da Universidade de São Paulo; 2ª série, vol.III, São

Paulo 1980, pp. 23-43). Tudo se conjuga para proporcionar ao leitor um sentido de direcção que, embora apareça jogado pelos diversos planos, é insistente e claro.

Assim, sabemos que o destino dos navegadores (pois isso é o que lhe promete o Fado) é "que tenham longos tempos o governo/do mar que vê do Sol a roxa entrada" (I,28) o Oriente, portanto. No canto II, Júpiter volta a profetizar sobre os "ilustres feitos que esta gente/há-de fazer nas partes do oriente" (est.44) "de cima", da essencial direcção que vai tomar a gesta lusa. São os deuses, intérpretes privilegiados dos Fados, que revelam em primeiro lugar a "viagem" que será realizada pelo poema.

Chegamos, portanto, ao Canto III, em que se inicia a História e em que ("oficialmente") se introduz o Espaço e o Tempo, já com uma noção, por via profética e mítica, da orientação essencial dos mesmos (Orient/Ação). O Canto III funciona, pois, como o início de uma conjugação, mais ou menos linear, estritamente no plano humano, do factor Tempo com o factor Espaço, conjugação essa que vai confirmar e desenvolver as profecias dos dois Cantos anteriores.

Mas não cessa aqui o recurso à prolepse. Quando a História vai passar a ser a da viagem do Gama e este, ao chegar à sua própria época, termina o longo caminho narrativo, encontramos o sonho profético do rei D. Manuel que ocupa as estâncias 67 a 75 do Canto IV. Isto é, no momento em que se dá o fim da História narrada, Camões coloca um momento de transição entre a História e a viagem marítima, ligando as duas por intermédio de um símbolo que se vai integrar no plano humano! Seguindo na linha do sonho de Vasco da Gama (II, 61-67), D. Manuel tem aqui a oportunidade de constatar a Orient/Ação que o seu povo está a tomar. Em termos comparativos, o sonho do rei vai mais longe do que Mercúrio fornece ao herói aparente do poema e, por outro lado, difere essencialmente das profecias anteriores de Jú-

pter pelo facto de ser parte do plano humano da narrativa, reflectindo e recriando o destino marcado pelo leitor dos Fados.

As primeiras estrofes (67 e 68) funcionam como uma introdução ao sonho propriamente dito. Em ambas se insiste especificamente num aspecto: a "obrigação" (est. 68 verso 4) que D. Manuel deve aos seus antepassados. Coloca-se já aqui, portanto, uma interligação temporal que se, por um lado, prende o rei ao passado "cujo intento foi sempre acrescentar terra cara" (est. 67), por outro aponta para um futuro que prosseguirá na mesma direcção espacial que o Tempo até aí testemunhara. Note-se, pois, que o vocábulo **direcção** traduz-se aqui a dois níveis, do tempo e do espaço, já que, segundo nos parece, a "obrigação" é definida como a de "acrescentar a terra cara" o que, mais uma vez, aponta para a ideia de um Destino que encaminha os portugueses de Ocidente para Oriente e que os levará à conquista deste último.

Ora enquanto tínhamos até aqui sinais dum futuro que haveria de chegar aos portugueses e que não lhes fora revelado directamente, agora passa-se uma transferência de poderes na previsão da História do futuro. Já não é Júpiter, nem Vénus, nem Baco que nos falam do que há-de vir, mas sim o rei que ganha esse poder divino, como se a própria História de Portugal legitimasse a transformação do rei dos homens/portugueses num monarca com dons proféticos. Não faltam, aliás, n' 'Os Lusíadas' versos que façam deuses dos portugueses e são os próprios deuses, nomeadamente Baco, que se dão conta disto. O que é certo é que o poder da profecia passou, neste momento crítico da epopeia, do rei dos deuses ao rei dos homens.

D. Manuel, no sonho (est.69), sobe "à prima Esfera", a Lua, de onde vê várias Nações da Terra e depois dois rios. A Lua, como se sabe, viaja de Ocidente para Oriente. O rei vê-se a acompanhar o trajecto da Lua até que lá bem junto donde nasce o dia (est.69) ele vê

os rios. Movimenta-se, então, na direcção que o Tempo vai indicando à Nação portuguesa. Para realçar a relação muito próxima entre o sonho e a realidade, o poeta identifica o princípio do trajecto da Lua com o início real da noite, enquanto que o fim do sonho no Oriente coincide com o acordar de D. Manuel ao nascer do Sol quando "veio a manhã no céu pintando as cores/de pudibunda rosa e roxas flores" (est.75).

A singularidade deste episódio reside, também, no facto, analisado por Ana H.C. Belline, de incluir, de acordo com a sua investigação, "a única prolepse mista do poema" (pg.33); isto é, existe um facto narrado por antecipação que se inicia antes do fim da história real e que termina depois dele. O sonho de D. Manuel leva-nos ao mesmo futuro que Téthys, já no Canto X, profetiza, um futuro que transcende toda a acção do poema. Este rei acaba por ser, pela passiva, não só o continuador do processo histórico-geográfico em curso mas, e em especial, o que o finaliza antecipando-o. Ele é o primeiro (na cronologia do poema) a estabelecer o contacto entre o plano humano e o cosmos e, conseqüentemente, a compreender conscientemente a passada e futura Orient/Ação de Portugal.

Passemos ao Canto VII onde, conforme tinha sido previsto, Vasco da Gama e os seus hoomens chegam à Índia. Logo no início do Canto reaparecem os dois rios que delimitam o território indiano. Mas agora não se trata de um sonho e, enquanto o Ganges afirmara a D. Manuel que:

*Eu sou o ilustre Ganges que na terra
Celeste tenho o berço verdadeiro;
Estoutro é o Indo, Rei, que, nesta serra
Que vês, seu nascimento tem primeiro.*

(Canto IV, 74)

agora Camões diz-nos que os portugueses chegaram "além do Indo(...) e aquém do Ganges" (est. 17). Recordando-nos do que foi expresso anterior-

mente, salta à vista a diferenciação entre um Indo cuja origem pertence às montanhas que não foram pisadas "desque Adão pecou" (IV, 70) e um Ganges cuja "presença traz cansada/Como quem de mais longe ali caminha" (IV, 72) e que nasce na "terra celeste" (IV, 74) ou "no Céu terreno" (VII, 1). Na acepção camoniana, os portugueses terão conquistado o direito ao Paraíso terrestre por ultrapassarem o Indo, mas ainda não chegaram ao nível simbólico do Ganges e da sua origem divina.

Assim sendo, é significativo que o mensageiro enviado por Vasco da Gama a terra e que é, portanto, o primeiro português a comunicar com os homens (neste caso um árabe) da Índia, resume a finalidade da viagem do seguinte modo: "Vimos buscar do Indo a grão corrente/Por onde a Lei divina se acrecente" (VII, 25). Não é a corrente do Ganges que vêm procurar mas primeiro a do rio Indo "por onde a Lei divina" passará para eventualmente culminar noutro plano superior; por outras palavras, não é o encontro directo com o divino representado, porventura, pela nascente do Ganges que interessa ao plano da obra, mas a busca do Oriente terreno a qual obedecerá às leis fundamentais provenientes de Deus. Há, pois, uma distinção subtil entre um Oriente representado pela Índia e outro Oriente, extremo, personificado pelo Ganges, o rio sagrado. Os portugueses conquistaram o espaço indico mas não chegaram, nem vão chegar, ao Ganges. Mas nesta alegoria do conhecimento que é *Os Lusíadas*, é essencial partir em direcção ao Indo e lá chegar antes de tentar o Ganges, rio em que se morre com a certeza da salvação (Canto X, 121). O facto de os portugueses terem chegado ao Indo, apesar de ser, como afirma Jorge de Sena, "apenas um primeiro passo da transferência da História portuguesa para o Oriente" é, simultaneamente, o resultado mais importante, e o único que Camões podia demonstrar, da movimentação espaço-temporal da Nação portuguesa.

Há exemplos no texto que apontam no sentido do poeta considerar atingido o objectivo principal da Acção portuguesa. Um, que julgo não ter sido ainda observado, refere-se ao momento em que esse objectivo - a chegada à Índia - coincide com o retorno aos primórdios do Tempo/Espaço português. De facto, a descrição das tapeçarias por Paulo da Gama começa, no fim do Canto VII, com uma referência a um "velho branco" que tinha por "insígnia" um "ramo" (VII, 77). Ao iniciar-se o Canto VIII, ficamos a saber que se trata de Luso, filho de Baco, e origem mitológica de Portugal. Existem nada menos do que quatro referências a esse ramo em seis estrofes significativamente intervaladas por lamentos do poeta: VII, 77 e 78 e VIII, 1 e 4. Como é evidente, trata-se de um ramo de videira, "verde tirso" que relaciona Luso directamente com Baco, deus do vinho. O ramo de videira será, para os portugueses, o símbolo da sua nacionalidade. Ora antes de começar a descrição das "bandeiras", o que fazem os portugueses recém-chegados à Índia? Bebem vinho (VII, 75)! Convertem, assim, a origem no resultado, o ramo luso no seu produto: o licor que Noé mostrara à gente".

Esta referência a Noé coloca em paralelo a sobrevivência ao Dilúvio Universal (Genesis, IX, 20) e o sucesso da viagem marítima, ambas concluídas com a produção do inebriante líquido. Noé e os portugueses atravessaram os perigos da água para encontrar os prazeres do vinho. Estes, no caso português, não são, todavia, partilhados pelo Índigena uma vez que "a seita que seguia lho defende" o que dá uma ideia de quão cristão, e só, é o triunfo representado pela chegada, pois implica que as religiões da Índia não poderão ter jamais acesso a um plano redentor como o é o Paraíso terrestre redescoberto na nascente do rio Indo.

Um outro exemplo do objectivo fundamental da Orient/Ação ter sido considerado alcançado é, evidentemente, a Ilha dos Amores. Colocada já na viagem de regresso, é o prémio me-

recido dos navegantes, uma vez que está à medida do feito conseguido: **semi-deias** para os **semi-deuses** em que os portugueses se tornaram, deuses e deusas em carne e osso numa entrega mútua dos corpos (redimidos, no caso dos portugueses) que conserva a inconsciência do sexo, ou, melhor dizendo, o desconhecimento do pecado que a civilização criou. O facto dos navegantes nunca chegarem ao plano personificado pelo Ganges nunca se põe como problema intrínseco à epopeia: no que respeita ao Gama a procura terminou. Esse problema, essa procura **deve ser, sim, uma responsabilidade do tempo em que vive Camões**. Sem essa busca, o primeiro passo para a transplantação de Portugal para o Oriente perder-se-á; não haverá continuação do destino histórico que o poeta atribui ao país e os portugueses permanecerão "aquém do Ganges".

Finalmente, a revelação da Máquina do Mundo é o prémio mais alto de todos. Partindo das esferas exteriores em que a "verdade" do Universo é revelada, Téthys vai aproximando os observadores dos pormenores geográficos da Terra e, mesmo, de detalhes ainda mais ínfimos (ver, p.ex. X, 94). A partir daqui, a ninfa passa ao relato dos sucessos futuros do povo de que o Gama é agora o herói máximo, aliando a narrativa da História "futura" a uma descrição geográfica de Ocidente para Oriente, oposta, portanto, à primeira descrição no Canto III. Há, pois, uma junção deliberada dos elementos espacial e temporal, partindo da Europa e do presente da narração (X, 92) e seguindo pelo futuro interno (pós-Gama mas pré-Camões) até à Índia.

É aqui que acontece o último episódio da epopeia que interrompe as profecias e descrições de Téthys. Como escreve Jorge de Sena "esse S. Tomé (...) é o ponto de intersecção simbólica entre a Cosmologia transcendente a que a Acção Histórica se identificará e a Missão Apostólica que deve ser o sentido dessa Acção Histórica". Prelúdio da presença portuguesa no Oriente - já que este san-

to lhe é anterior - S. Tomé representa "o sentido de apostolado e de martírio, que deve coroar todo o proselitismo humano que é a História de Portugal feita História do Mundo, e feita Amor". Não é, claramente, fruto do acaso um episódio de tão fundamental significado ter como palco precisamente a Índia. A importância do **lugar** confirma as intuições do sonho de D. Manuel: quando Téthys vai começar a mostrar a terra a que os portugueses chegaram, diz: "mas vês o fermoso Indo(...)" (est. 105) passando depois às "províncias que entre um e o outro rio/vês(...)" (est. 108) referindo-se ao território entre o Indo e o Ganges, como se depreende do contexto. É precisamente aí (em Narsinga) que se coloca a história dos milagres de S. Tomé. É também, pois, outro lugar/tempo a ter em atenção por aqueles a quem se deve destinar o Oriente. Daí o aviso da estância 119:

*E vós outros que os nomes usurpais
De mandados de Deus; como Tomé,
Dizei: se sois mandados, como estais
Sem irdes a pregar a Santa Fé?
Olhai que, se sois sal e vos danais
Na pátria, onde profeta ninguém é,
Com que se salgarão, em nossos dias,
(Infiéis deixo) tantas heresias?*

Após esta estrofe, e como para reforçar o sentido moral a que tem de presidir a Acção portuguesa dirigida para o Oriente, que é como quem diz no sentido da formação de um Quinto Império da Fé, Camões (pela boca de Téthys) regressa ao Ganges para notar que, como vimos já, os indianos "inda que sejam grandes pecadores/esta água santa os lava e dá pureza" (est. 121). O episódio de S. Tomé fica, assim, colocado como exemplo de uma etapa necessária a cumprir, agora que a primeira já foi completada. Entre o Indo e o Ganges, a história de Tomé é o símbolo da travessia a partir do **cumprimento** de um destino histórico para a **consciência** desse mesmo destino. Executada essa travessia, o Homem retirará o sentido da sua Acção.

Como elemento final aqui considerado para se poder observar a conjugação constante de Tempo e Espaço na evolução estrutural do poema, voltemos ao momento em que D. Manuel, após completar uma noite de viagem em sonho, acorda em simultâneo com o nascer do Sol. Se esta manhã corresponde à manhã em que o sonho se cumpre, pelo menos em parte, na chegada real à Índia (VI, 92), a noite que antecede o sonho (IV, 67) é o remate da parte da História que antecede a viagem (quer sonhada, quer real), do mesmo modo que a descrição das tapeçarias por Paulo da Gama termina com quatro versos indicando o cair da noite:

*Mas já a luz se mostrava duvidosa,
Porque a alampada grande se escondia
Debaxo do Horizonte, e, luminosa,
Levava aos Antípodas o dia*

(VIII, 44)

A única diferença, mas que é fundamental até porque o poeta se lhe refere especificamente, é que a noite das "bandeiras", localizada na Índia e conclusão do triunfo dos lusos, significa o amanhecer nos antípodas. Chegados à região do Sol nascente, os portugueses cumpriram a missão que lhes fora destinada. Esta noite indiana é, antes de mais, a manhã dos antípodas, a manhã que ilumina o final do sonho de D. Manuel, o nascer do dia na "ocidental praia" que é Portugal.

Camões consegue, assim, "ligar entre si o tempo de Portugal com o espaço do Oriente". E assim se faz dia em Portugal no momento da consagração dos seus heróis que o são por terem si-

do capazes de partir e de chegar aonde "romperam nunca pés humanos". O Ganges fica, claramente, como símbolo de lembrança do Futuro que se exige ser tentado. Mas agora o que o poeta valoriza ao máximo é a busca dum incessante movimento esforçado na direcção do Oriente de todos nós, a procura dum conhecimento que tão divino é, sendo bem humano.

BIBLIOGRAFIA

BELLINE, Ana Helena Cizotto, "Aspectos do Tempo em *Os Lusíadas*", in *Revista Camoniana da FFLCH da Universidade de São Paulo*, 2ª série, Vol. III, São Paulo 1980, pgs. 23-43.

MACEDO, Helder, *Camões e a viagem iniciática*, Ed. Moraes, Col. "Margens do Texto", Lisboa 1980.

SARAIVA, António José, "*Os Lusíadas* e o ideal renascentista da epopeia", in *Para a História da Cultura em Portugal*, Vol. I, Ed. Europa-América.

idem, "Os tempos verbais e a estrutura de *Os Lusíadas*", in *Colóquio/Letras*, no.8 de Julho de 1972.

SENA, Jorge de, *A Estrutura de Os Lusíadas*, 2ª edição, Edições 70, Lisboa, 1980.

idem, *Estudos sobre o Vocabulário de Os Lusíadas*, Edições 70, Lisboa 1982.

Edição de Os Lusíadas: org. Emanuel Paulo Ramos, 5ª edição, Porto 1980.